

	OPERAÇÕES POLICIAIS HELITRANSPORTAVEIS	PROCESSO: 6.03
		PADRÃO: 6.03.01
		ESTABELECIDO EM: 28/09/2017
NOME DO PROCEDIMENTO: Acionamento da equipe do GPA. RESPONSÁVEL: Equipe Policial Militar - Tripulação.		REVISADO EM:
ATIVIDADES CRÍTICAS		
1. Condições Meteorológicas Desfavoráveis. 2. Acionamento do GPA. 3. Transmissão completa de dados sobre a ocorrência. 4. Desencadeamento de operações no período noturno.		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
1. Acionar o GPA através da rede radio, via CIOPS, ou pelos telefones 067 3357-5400 ou 067 99818-3976 2. Tomar conhecimento da missão. 3. Analisar a real necessidade do emprego da aeronave. 4. Realizar o planejamento da missão. 5. Realizar a inspeção pré-voo na aeronave para verificar a disponibilidade operacional. 6. Realizar o briefing com a Tripulação de serviço: objetivos da missão, forma de execução, atribuições e, responsabilidades. 7. Cientificar ao CIOPS sobre a missão a ser desempenhada. 8. Manter a comunicação bilateral entre tripulação da aeronave e vtr de solo. 9. Manter altura de 500 ft AGL e uma velocidade de 60 kt. 10. Manter as duas portas traseiras abertas, durante a ocorrência. 11. Quando em período noturno, em operações programadas, deverá ser realizado com auxílio do farol de busca. 12. Realizar o debriefing com a Tripulação.		
POSSIBILIDADES DE ERRO		
1. Não observar obstáculos em função da atenção sobre a área patrulhada. 2. Não manter a altura e velocidade prevista para a aeronave. 3. Não conseguir manter contato via rádio com a OPM da área do solicitante. 4. Efetuar voo pairado a baixa altura visando verificar detalhes no solo, tais como placas de veículos, luminosos, placas de propaganda em estabelecimentos comerciais etc. 5. Desconsiderar riscos latentes.		

6. Não seguir o planejamento da missão	
RESULTADOS ESPERADOS	
1. Racionalização de recursos humanos e logísticos. 2. Atender a população com eficiência, cordialidade, responsabilidade e respeito. 3. Redução do tempo resposta da Polícia Militar. 4. Que a aeronave seja acionada em tempo hábil. 5. Que o apoio seja prestado de maneira eficiente e eficaz.	
AÇÕES CORRETIVAS	
1. Caso não consiga contato com o CIOPS, acionar diretamente o GPA pela rede rádio ou telefones. 2. Caso a ocorrência seja no período noturno ou as condições meteorológicas não sejam favoráveis, a aeronave será empregada na primeira oportunidade, se ainda houver necessidade.	
REFERÊNCIAS, DOUTRINAS e LEGISLAÇÕES	
1. Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica). 2. Regulamento R-200 – Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. 3. Lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014. 4. Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 91, Subparte K.	
ELABORADOR:	APROVADO:
HIPÓLITO VILA MAIOR – TC QOPM. AMADOR DE CASTILHO GONÇALVES COLLETES – MAJ QOPM. ELIMAR DIAS DE SOUZA – 1º SGT QPPM.	Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021
REVISADO POR:	APROVADO:
RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS:	DIFUSÃO:
	PUBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS:	
1. A aeronave só decolará para voos que não forem em missão emergencial, somente com prévia autorização do Comandante do GPA, do Comandante Geral da PMMS ou do Secretário de Justiça e Segurança Pública. 2. Para o deslocamento da aeronave mesmo que em missão emergencial, para outra	

cidade que esteja fora da área de controle de tráfego aéreo terminal de Campo Grande (**40 Milhas Náuticas**) deverá haver autorização do Comandante Geral da PMMS e ou do Secretário de Justiça e Segurança Pública.

3. Estas são apenas algumas situações em que a GPA poderá atuar, no entanto a atuação não se restringe aos fatores aqui mencionados e sim à execução da atividade fim da PMMS/SEJUSP-MS, onde em qualquer que seja a situação, se o comandante da aeronave de serviço julgar necessário o emprego da aeronave deverá imediatamente realizar contato com o CIOPS e adotar as medidas necessárias para efetivar o apoio à ocorrência.